

DO OBJETO AO DOCUMENTO DIGITAL NO ÂMBITO DAS BIBLIOTECAS, ARQUIVOS E MUSEUS*

Dilza Ramos BASTOS[√]
Luana Farias SALES^{√√}

RESUMO

Descreve parte de uma pesquisa que se constituiu em um estudo teórico pautado na iniciativa de investigar o documento bibliográfico convencional e digital sob a perspectiva também de arquivos e de museus. Desse modo, especificamente, aborda os pontos convergentes entre os conceitos de documento e de documento digital, no âmbito da Biblioteconomia, da Arquivologia e da Museologia, por meio de levantamento bibliográfico e de análise da bibliografia identificada, com o objetivo de estabelecer equivalências e elaborar contrapontos. As principais abordagens estudadas levantam aspectos semelhantes ou aproximados do documento, que apontam para sua materialidade ou imaterialidade e para seu caráter social e simbólico da informação que carregam. Todavia, considera que o conceito de documento não é consensual, mas que possibilita um diálogo entre essas áreas do conhecimento. Constata que as versões digitais dos documentos não dispensam a descrição física e a descrição temática próprias dos acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos, em observância à natureza de cada tipo documental. Portanto, ao estudar a natureza do documento bibliográfico, do documento arquivístico e do documento museológico, em suas formas convencional e digital, considera possível uma solução conciliatória em sistemas integrados, que contribua para otimizar e facilitar o acesso aos usuários pesquisadores, nos sistemas de recuperação da informação sejam eles sistemas referenciais ou também digitais.

Palavras-chave: Documento bibliográfico. Documento arquivístico. Documento museológico. Documento digital. Sistemas de recuperação da informação.

* Artigo recebido em 30/03/2021 e aprovado em 03/06/2021.

[√] Doutora em Ciência da Informação Chefe do Serviço de Biblioteca Fundação Casa de Rui Barbosa. E-mail: dbastos@rb.gov.br

^{√√} Doutora em Ciência da Informação Arquivo Nacional Coordenação-Geral de Acesso e Difusão de Acervos Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI). E-mail: luanasales@ibict.br

1 INTRODUÇÃO

A informação pode ser conceituada como conhecimento comunicado, sendo assim condição básica para o desenvolvimento da sociedade contemporânea, porém, sua natureza digital a torna especialmente significativa. Ao entendermos a informação nessa perspectiva, consideramos que se refere ao processo de transformação do conhecimento e ao tratamento em um contexto específico. Entretanto, para que algo seja definido como documento é necessário que faça sentido para alguém e em alguma circunstância, o que revela o caráter social e simbólico da informação no contexto e no seu uso.

No âmbito dos documentos impressos ocorreu uma evolução da divisão do trabalho entre arquivos, bibliotecas, museus e outros tipos de instituições de memória, como também ocorreu uma mudança nas práticas dessas instituições que passaram a usar o mesmo meio básico de comunicação com a evolução da comunicação eletrônica e da *Internet*.

O conceito de documento é a base para a concepção do documento bibliográfico, do documento arquivístico e do documento museológico. Entretanto, no caso das suas versões digitais, os sistemas que os disponibilizam se constituem lugares de memória e de convivência, mas não dispensam a descrição física e a descrição temática própria de cada uma dessas áreas, em observância à natureza de cada tipo documental.

Este trabalho é parte de uma pesquisa (BASTOS, 2019), constituindo-se um estudo teórico pautado na iniciativa de investigar o documento bibliográfico digital sob a perspectiva também de arquivos e de museus. Desta forma, quais os pontos convergentes entre os conceitos de documento e documento digital no âmbito da Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia? Visando responder essa pergunta, a condução metodológica da pesquisa se deu a partir de levantamento bibliográfico e análise da bibliografia identificada, com o objetivo específico de estabelecer equivalências e elaborar contrapontos.

Nesse sentido, buscamos investigar a natureza do documento bibliográfico, do documento arquivístico e do documento museológico, em suas formas convencional e digital, almejando compreender as diferenças e semelhanças entre as abordagens oriundas da Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

2 DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE DOCUMENTO

Ao procurarmos compreender a gênese do documento, ponderamos sobre fatos e elementos que contribuíram para sua produção. Consideramos, assim, a abordagem de Le Goff (2006, p. 9-10), quanto à ciência histórica ser definida em relação a uma realidade sobre a qual se indaga e se testemunha, portanto, iniciando-se com a narração de alguém que presenciou ou sentiu algo. Os aspectos história-relato e história-testemunho sempre estiveram presentes, porém, os limites dos períodos abrangidos pelos historiadores, como testemunhas oculares e auriculares, foram ultrapassados ao se reunir documentos escritos considerando-os testemunhos.

Surgem as bibliotecas e os arquivos fornecendo os materiais da história, mas assim como, no século XX, se questionou que o fato histórico não seria um objeto dado e acabado por ser construído pelo historiador, hoje também se faz a crítica da noção de documento por considerá-lo como monumento, uma vez que “não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro”.

Ao discorrer especificamente sobre documentos escritos, Le Goff (2006, p. 57-60) afirma que os traços da preocupação do homem, em deixar testemunhos, encontram-se do início do IV milênio ao início do I milênio a.C., sendo referentes ao Oriente Médio e à China.

Diante dessas ponderações, vemos que a memória é entendida como fenômeno individual e psicológico ligado à vida social, passível ou não da escrita. Para se preservar os traços dos acontecimentos são produzidos documentos/monumentos fazendo com que a história seja escrita e objetos sejam acumulados – a apreensão da memória, pois “todo documento tem em si um caráter de monumento e não existe memória coletiva bruta” (LE GOFF, 2006, p. 419-428). No entanto, considerando-se o documento num suporte especialmente destinado à escrita, este documento apresenta duas principais funções: armazenar informação, “que permite comunicar através do tempo e do espaço, e que fornece ao homem um processo de marcação, memorização e registro”; e permitir “reexaminar, reordenar, retificar frases e até palavras isoladas” (GOODY, 1977, p. 78, tradução nossa).

Percebemos, então, que a memória coletiva e a história (forma científica da memória) “aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos” resultantes de escolha efetuada por aqueles “que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa” e das “forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade” (LE GOFF, 2006, p. 525-526), respectivamente. Monumento pode ser conceituado como um sinal do passado. Sendo assim, tudo que pode evocar o passado tem como características “o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos” (LE GOFF, 2006, p. 526). Já documento, em latim *documentum*, derivado de *docere* (ensinar), evoluiu para o significado de prova com amplo uso no vocabulário legislativo.

No século XVII, se difunde a expressão *titres et documents* na linguagem jurídica francesa, mas apenas no início do século XIX se dá o sentido moderno de testemunho histórico. Desse modo, na Europa do século XVIII, é possível encontrar paralelamente monumentos (em declínio) e documentos (em plena ascensão), porém permitindo dizer que o documento tenha lentamente triunfado sobre o monumento, mesmo que o termo **monumentos** fosse ainda usado no século XIX.

Para escola positivista, do fim do século XIX e do início do século XX, o documento é o fundamento do fato histórico, parecendo se constituir como prova histórica – um testemunho escrito. Logo, com objetividade em oposição à intencionalidade do monumento, os historiadores consideraram, naquele tempo, o documento indispensável, porém sua concepção ainda não se modificara. Posteriormente, isso ocorreu quando os pioneiros da história nova ampliaram essa concepção, o que se constitui um prenúncio para a explosão do documento ocorrida a partir dos anos 1960. Tal fato configurou uma verdadeira revolução documental no aspecto quantitativo e qualitativo, pois o interesse pela história tornou-se comum a todos os homens suscitando uma nova hierarquia dos documentos. Nesse aspecto, exemplificando, Le Goff (2006, p. 531) afirma que o “registro paroquial, em que são assinalados, por paróquia, os nascimentos, os matrimônios e as mortes, marca a entrada na história das ‘massas dormentes’ e inaugura a era da documentação de massa”.

Todavia, toda essa “dilatação da memória histórica” foi possível em razão de ter ocorrido, quase ao mesmo tempo, uma revolução tecnológica – a do computador, que em confluência com a revolução documental, fez nascer a história quantitativa, alterando assim o estatuto do documento. A revolução documental levou a uma memória progressiva, privilegiando o dado, e a uma história descontínua fazendo necessários novos arquivos. Assim, como salienta Le Goff (2006, p. 533), não devemos nos contentar com tais reflexões e sim devemos submeter o documento “a uma crítica mais radical”, que essencialmente é “uma procura da autenticidade”.

Portanto, a abrangência do documento se amplia para além do que a história tradicional, bem como o seu arquivamento passa por uma revolução promovida pelas tecnologias da informação e da comunicação. De acordo com Samaran (1961, p. 12 *apud* LE GOFF, 2006, p. 531), “há que tomar a palavra 'documento' no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira”.

Assim, observamos também que a construção histórica do conceito de documento inicia-se no âmbito da Documentação, a partir da concepção por Paul Otlet, seguindo-se Suzanne Briet. Em sua obra intitulada *Traité de Documentation*, publicada 1934, Otlet aborda a Bibliografia como a descrição de documentos, porém esse termo vai sendo substituído por **Documentação** e **informação**. Posteriormente, Otlet propõe o termo Documentologia, no sentido de designar o campo do conhecimento e ultrapassar os termos Bibliografia, Bibliologia e Documentação. Certamente, no final do século XIX, o conceito de **documento** consolidou-se com a criação da Documentação como campo do conhecimento, por Paul Otlet e Henri La Fontaine.

Suzanne Briet, que registrou em seus escritos sua admiração por Otlet, afirma que documento é “indício concreto ou simbólico, conservado ou registrado com o fim de representar, reconstruir ou provar um fenômeno físico ou intelectual” (BRIET, 1951, p. 7, tradução nossa). Ela considerava que algo é documento quando se torna uma evidência física. De outro lado, ao estudar as definições de documento, Buckland (1997, p. 805-807, tradução nossa) acredita que estas favoreceram à constituição de uma definição mais ampla. Para ele, o documento é definido como “qualquer fonte de informação, em forma material, capaz de ser usada para referência, estudo ou autoridade”. Considera também que as concepções

contemporâneas dão ênfase “à construção social do significado, à percepção do observador sobre o significado e o caráter evidencial dos documentos”, o que difere das antigas visões.

Não obstante, o documento se constitui objeto informacional, estando a noção de documento relacionada à sua condição de informatividade e considerando assim seu aspecto pragmático e o caráter social e simbólico da informação. Isto é, os termos **objeto** e **documento** já continham, em sua origem, a noção de informação, sendo atualizada pelos franceses e espanhóis, porém a corrente anglo-saxã se afastou dessa concepção ao ir além dos processos de organização da informação para o acesso e o uso. Desse modo, no âmbito da Ciência da Informação, a construção histórica do conceito de documento “é anterior ao surgimento desta denominação da área” e tal posicionamento nos faz reconhecer a noção de documento proposta por Otlet e desenvolvida pelos franceses e espanhóis. Nessa perspectiva, o documento é “concebido simultaneamente como instância física e informativa que, sob ações e condições específicas contextualizadas, otimiza a circulação social do conhecimento” (ORTEGA; LARA, 2010, p.1).

Nesse sentido, vimos que ao discorrer sobre o desenvolvimento da Bibliografia, da Biblioteconomia, da Documentação e da Ciência da Informação, Ortega (2016, p. 42) afirma que cada uma dessas disciplinas enfatizava aspectos que dependeram de “contingências políticas e culturais, além de técnicas e tecnológicas, de cada época e lugar, apresentando entre si distanciamentos, convergências e aproveitamentos”. Assim se influenciaram e influenciaram “o campo que tem por objeto a mediação documentária em abordagem bibliográfica”. Nessa perspectiva consideramos também que o conceito de documento seja observado “no sentido do objeto empírico sobre o qual recaem os procedimentos”, como ocorre também com Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Portanto, as contribuições dessas áreas “convergem para o campo das ações de mediação documentária em abordagem bibliográfica”, o que “se justifica uma vez que, em campos aplicados, ou seja, voltados à formulação de soluções a demandas sociais, o estudo dos objetos empíricos é condição necessária ao seu desenvolvimento”. Essas áreas possuem olhares convergentes e divergentes, porém que contribuem para o conceito de documento em suas especificidades já que, existe compartilhamento de questões.

Todavia, visando chegarmos a uma definição, nossa percepção é que teríamos duas inseparáveis noções de documento, sendo uma de natureza material, quando o documento serve de suporte, e a outra de natureza conceitual referindo-se ao conteúdo da comunicação/informação. Desse modo, qualquer objeto poderá ter a função de informar, o que amplia a concepção da escrita, se bem que esta é a forma mais utilizada de comunicação de uma mensagem. Além disso, consideramos também que é possível escrever sobre vários objetos diferentes utilizando diferentes sistemas de signos, porém os escritos não são os únicos objetos com função de transmitir a informação. Qualquer objeto pode se tornar documento, porém não significa que todo objeto tenha a função original de informar, mas poderá vir a ter mesmo que não seja a principal função. Assim, os objetos que têm a função original de fornecer a informação e aqueles que posteriormente são encarregados para exercerem essa função devem ser distinguidos e, certamente, ao se reconhecer a significação de um objeto se oportuniza a sua promoção a suporte de mensagem (MEYRIAT, 2016).

No sentido de compreendermos o momento em que um objeto se torna documento, consideramos que Meyriat (2016) afirma que isso ocorre quando se busca a informação em um objeto que tem como função inicial a prática ou a estética. Isso acontece mesmo sendo outra a vontade do criador desse objeto. Entendemos que essa perspectiva se adéqua melhor ao objeto de museu, de certa forma um pouco diferente da perspectiva de Rendón Rojas (2005) ao considerar que a mudança se dá ao ser o objeto selecionado e tratado no sistema documentário. Julgamos assim que a segunda perspectiva esteja mais direcionada ao objeto no âmbito da biblioteca e no âmbito do arquivo.

Diante do exposto, o documento é o foco central da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia, estando assim presente na literatura especializada com as devidas distinções conceituais e procedimentais que atendem às especificidades das tipologias documentais de cada uma dessas áreas do conhecimento. Todavia, os estudos científicos trouxeram abordagens que, além da aproximação entre essas áreas, as aproximaram também da Ciência da Informação, em razão da relação do conceito de documento com o de informação.

Nessa direção, em uma análise abrangente do conceito de documento, Bellotto (2013, p. 35-36), inicialmente, considera que o documento é um elemento

comum ao arquivo, biblioteca, museu e centro de documentação e, sendo assim, o define como “tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana”. Para ela, o uso e o destino do documento são determinados pela forma/função pela qual este é criado e, portanto, a sua condição não é determinada pelo suporte no qual está constituído, mas sim determinada pela “razão de sua origem e de seu emprego”.

Ainda em uma visão mais ampla, a nosso ver, as principais abordagens estudadas levantam aspectos semelhantes ou aproximados do documento, que apontam para sua materialidade ou imaterialidade e para seu caráter social e simbólico da informação que carregam. Todavia, o conceito de documento não é consensual, mas possibilita um diálogo entre a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia e, sendo assim, passamos a tratar do documento na perspectiva dessas áreas (TANUS; RENAU; ARAÚJO, 2012).

2.1 O CONCEITO DE DOCUMENTO NA BIBLIOTECONOMIA

De acordo com Rendón Rojas (2005, p. 120, tradução nossa), o conceito de documento apresentado por Briet é muito amplo, permitindo que tudo possa ser interpretado como documento. Para ele “tudo que tem expressão material e representa certo fenômeno, e não apenas o que está escrito”, poderia incluir “qualquer coisa natural ou os monumentos e objetos da vida cotidiana produzidos pelo homem”, o que é uma vantagem por considerar outros documentos que não os escritos, nesse caso aqueles possibilitados pela tecnologia. Assim, ao discutir o conceito de documento sob perspectivas de áreas do conhecimento, o autor considera que o documento apresenta aspecto semântico, simbólico e pragmático (sujeito criador e usuário) ao ser entendido como a expressão do pensamento por meio de sinais gráficos em um suporte. O documento não apenas comunica a informação, mas também fala algo da comunidade na qual foi produzido, sendo produto e instrumento, do ponto de vista do sujeito.

A partir de uma perspectiva antropológica e cultural, o documento é entendido como objetivação do conhecimento em um meio material, com a possibilidade de ser transmitido (LÓPEZ YEPES, 1995). Semanticamente, ele carrega conceitos, julgamentos e argumentos, pois foi criado para essa função, razão pela qual se

diferencia de outros objetos que transmitem informação de modo indireto, sejam aqueles que vieram posteriormente a informar ou objetos naturais que não são tratados pela Biblioteconomia, como é o caso do objeto museológico. Então, nesse âmbito, o documento é considerado um produto da atividade biblioteconômica, considerando-se que o profissional da informação, o bibliotecário, o recriou mediante a elaboração das informações incluídas no sistema de recuperação da informação.

Quando observamos a questão da tematicidade, consideramos também que o documento extrapola aquilo que o autor queria dizer. Isso se refere ao diálogo leitor e texto, o que levaria ponderarmos que ao não ser lido, não seria um documento. Contudo, do ponto de vista da Biblioteconomia “o documento é um objeto com propriedades externas que o torna capaz de ser gerenciado para fins técnicos; e só potencialmente se vê como sujeito, que encontra seu pleno ser quando consultado” (RENDÓN ROJAS, 2005). Cabe aqui ressaltarmos que a recuperação da informação é dependente da identificação dos conceitos mais pertinentes, em sistemas referenciais ou mesmo nos sistemas digitais. São distinguidas a tematicidade intrínseca (*aboutness*) como inerente ao conteúdo do documento, e a extrínseca (*meanings*) sendo o significado para o usuário do sistema. O trabalho de análise de assunto se constitui nas operações de identificação e seleção, tendo em vista o conteúdo do documento e a demanda, de forma a preservar o contexto e, para tal, é necessário compreender a leitura do indexador, mediante o estudo da interação de suas variáveis: o texto, o leitor e o contexto (FUJITA, 2003).

Portanto, no âmbito da Biblioteconomia, o que se almeja é a captação do conteúdo informativo de forma a traduzi-lo em uma linguagem que seja intermediária entre o usuário e o documento. Esse processo é complexo, pois demanda identificar e exprimir o pensamento do autor, com fidelidade, reconhecendo o potencial informativo e, até mesmo, indo além das possibilidades de demanda conhecida. Conhecer a natureza do documento é fundamental, pois questões ligadas à tipologia interferem no próprio processo de análise.

Portanto, de acordo com Rendón Rojas (2005, p. 125-128, tradução nossa), “quando falamos de um documento dentro do campo da Biblioteconomia, devemos estar cientes de que pode ser uma coisa diferente se for considerado do ramo histórico, criminal, literário ou qualquer outro ramo do conhecimento humano”. Nessa perspectiva, a partir do momento em que os objetos bibliográficos são selecionados

para compor um acervo e são preparados em um sistema de recuperação da informação, se tornam documentos bibliográficos. Esse processo se constitui por leitura, interpretação, representação e organização, com vista à recuperação das informações. O documento bibliográfico é assim visto como um produto da atividade biblioteconômica, por ter sido, de certo modo, recriado ao lhe ser acrescentado informação eminentemente bibliotecária, o que o insere dentro do “sistema de informação documental”.

Diante do exposto, podemos dizer que a análise e a representação, que transformam o objeto bibliográfico em documento bibliográfico, não implicam relativismo, pois é realizada sobre um objeto e fundamentada teoricamente de modo que direciona a ação, fazendo com que o sujeito, nesse caso o bibliotecário, se baseie nas propriedades e atributos presentes no objeto bibliográfico. Não é assim uma invenção ou criação a partir do nada, mas um processo que transforma algo que já é. Do mesmo modo, o sistema de recuperação da informação, no qual os documentos são tratados, apresenta estruturas também objetivas para gerenciar esses documentos (RENDÓN ROJAS, 2005).

A seguir, abordamos o conceito de documento na Arquivologia, considerando suas principais características que possam distingui-lo do documento bibliográfico e do documento museológico.

2.2 O CONCEITO DE DOCUMENTO NA ARQUIVOLOGIA

De acordo com a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos, do Conselho Nacional de Arquivo (2016, p. 18), na atualidade, o documento arquivístico é entendido como o “documento produzido (elaborado ou recebido), no curso de uma atividade prática, como instrumento ou resultado de tal atividade, e retido para ação ou referência”. Entretanto, para uma compreensão de como o conceito se consolidou no âmbito da Arquivologia, cabe entendermos sua evolução.

De acordo com Lund (2009), a evolução do conceito de documento configura-se por três características situadas no âmbito educacional, jurídico e informacional. Na antiguidade, o termo *documentum* carregava a noção de prova escrita e, até o século XVII, estava relacionado ao ensino e à instrução. A instrução oral poderia ser também considerada um documento, o que hoje está quase esquecido em razão da concepção legal ser mais adotada como a origem do conceito. Isso porque, no

âmbito jurídico a partir do século XVII, o conceito de documento acompanha o surgimento da burocracia estatal europeia, desempenhando um papel essencial e sendo definido como um escrito que serve como evidência ou informação. Com a modernidade europeia e o Iluminismo, o documento passa a ser entendido como um objeto escrito, que declara e prova transações, acordos e decisões dos cidadãos, mesmo diante de costumes locais com suas leis e regras que variavam dependendo do lugar e que podiam ser orais ou mesmo gestuais, como é o caso do aperto de mão.

O documento se torna, então, uma questão de prova dependente das declarações verdadeiras nele registradas e, assim, a autenticidade se torna crucial. No entanto, desde a sua concepção no âmbito da educação, a informação e o fornecimento de informação são questões a serem investigadas. No século XVIII, tais características parecem se fundirem “em um fenômeno central na sociedade moderna: conhecimento escrito e verdadeiro”, pois em uma parte essencial do “desenvolvimento dessa sociedade burguesa e, especialmente, de sua esfera pública, foi que a legitimidade da política, da economia, do judiciário e da ciência, se tornou cada vez mais dependente da capacidade dos atores de documentar seus direitos e reivindicações”. (LUND, 2009, p. 3, tradução nossa).

Nessa linha jurídica, ao final do século XVIII, a ciência trata de questões que apresentem teses apoiadas em documentos, o que corrobora para que, no século XIX, a documentação e a ação de documentar sejam importantes palavras na ciência e na administração, assim como fundamentais para a qualidade do trabalho científico. Isso significa que o trabalho dos cientistas e acadêmicos no campo das artes, em especial os historiados, precisava mostrar conhecimento verdadeiro positivo, demandando experimentos controlados e documentados. Logo, precisava contar com provas empíricas que sustentassem as reivindicações e argumentos.

Tal cenário fez surgir “a primeira teoria explícita, de documentos, articulada como parte do que foi chamado de primeiro movimento de documentação, liderado pelo advogado belga Paul Otlet” (LUND, 2009, p. 3, tradução nossa). Seguindo-se a Otlet, Suzanne Briet (1951) se voltou também à melhoria da documentação e resolução de questões práticas, sabendo que era necessário teorizar o campo tendo em vista constituir princípios norteadores da prática documental.

Entretanto, Tourney em seu artigo intitulado *Caging Virtual Antelopes: Suzanne Briet's Definition of Documents in the Context of The Digital Age*, publicado em 2003, afirma que diferentemente dos teóricos da Ciência da informação, os arquivistas ignoraram as definições formuladas por Otlet e Briet, referentes ao conceito de documento.

Portanto, de acordo com Bellotto (2013, p. 45) “convém hoje que os arquivistas se aproximem dos estudos de gênese documental”, para que a unidade documental nos arquivos “não seja confundida com outras estruturas e formas documentárias próprias de outras áreas, que não os arquivos”. Nesse sentido, a autora considera que a Diplomática e os estudos sobre tipologia oferecem esse entendimento e levam a compreender a estruturação do documento na sua produção. “A diplomática ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notorial”, tratando de documentos emanados de autoridades supremas, delegadas ou legitimadoras”, sendo assim “submetidos à sistematização imposta pelo direito”. Nesse sentido, os torna “eivados de fé pública, que lhes garante a legitimidade de disposição e a obrigatoriedade da imposição e utilização no meio sociopolítico regido por aquele mesmo direito”. Faz-se assim necessário distinguir a apresentação formal do material nos atos legais, já que dela se ocupa a Diplomática.

Também de acordo com Bellotto (2013, p. 46-48), para os documentos públicos, que são aqueles estabelecidos nas relações Estado-cidadão, se utiliza o modelo diplomático e de modo quase similar como as formas notoriais funcionam no caso dos documentos primários, porém se ambos forem incorretamente veiculados “invalidam a aplicabilidade legal de seu conteúdo”. Falamos assim de documentos escritos, que são legalmente válidos e revestidos de determinadas formalidades e, portanto, se constituem prova jurídica ou administrativa de um ato.

Portanto, o documento diplomático possui natureza estritamente jurídica, abrangendo quase todos os documentos de arquivo, já que se excluem as fontes narrativas – “inscrições, anais, crônicas, ensaios, comentários, memórias”. Todavia, a tipologia documental se estabelece na direção da gênese documental e da “contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora”, sendo assim a ampliação da diplomática. A diplomática visa assim aquilatar a autenticidade e fidedignidade do documento, enquanto a tipologia

estuda o documento como componente de conjuntos orgânicos. Isto é, o documento está integrado a uma mesma série documental resultante da junção de documentos referentes a uma mesma atividade. Em decorrência disso, a diplomática está voltada “para a estrutura formal do documento” e a tipologia direciona-se à “lógica orgânica dos conjuntos documentais, o que tem a ver com “a mesma construção diplomática em todos os documentos do mesmo tipo”, visando dispor e cumprir a mesma função (BELLOTTO, 2013, p. 52).

Rondinelli (2011, p. 256-257) afirma também “que desde o *Manual dos Arquivistas Holandeses* até os dias de hoje, essa entidade tem sido conceituada como um produto social, ou seja, como o documento produzido e recebido no decorrer das atividades humanas”. Para o arquivista, o termo **documento** foi a preferência da maioria dos autores estudados, ao invés de **informação**, ao se definir o documento arquivístico, já que o termo **informação** seria adotado juntamente com o adjetivo **registrada** e **registrada num suporte** sugerindo assim o ente documento. Desse modo, tal questão levou ao estudo desses termos identificando-se a materialidade, como conteúdo fixado num suporte, e a funcionalidade, como a missão de ensino, aprendizagem, comunicação e testemunho, vistos assim como pontos convergentes. Por conseguinte, a partir do conceito de documento, que é definido pela Diplomática como informação registrada entendida como um “conjunto de dados fixados num suporte e dotados de significado”, no conceito de documento arquivístico também estariam essas características (materialidade e funcionalidade), o que significa que “possui uma base física e tem por função registrar, reter, testemunhar, ‘chamar à lembrança’, as atividades desempenhadas por pessoas físicas e jurídicas”.

Considerando as gêneses dos documentos bibliográficos e documentos arquivísticos já abordadas, na próxima seção passamos a discorrer sobre a natureza do documento museológico, observando, em especial, sua distinta finalidade antes de se tornar um objeto e mesmo um documento museológico.

2.3 O CONCEITO DE DOCUMENTO NA MUSEOLOGIA

O termo **indício** nos sugere probabilidade, contudo, o termo **evidência** pode indicar também a existência de algo. Evidência tem a propriedade de

mudar o que uma pessoa sabe ou mesmo no que ela acredita, em razão de que pessoas interpretam, traduzem, resumem ou reduzem o original em algo que potencialmente possa se tornar mais acessível (BUCKLAND, 1991). O conceito de evidência é, assim, fundamental quando falamos de objeto de museu, por seu caráter de **prova**.

Latham (2012, p. 56) investigou as abordagens de Michael Buckland, com a finalidade de estudar o objeto de museu como documento, usando os conceitos de informação por ele apresentados, para entender as experiências dos museus. De acordo com Latham, Buckland resumiu as regras de Briet quanto à materialidade, à intencionalidade, à necessidade de processamento e à percepção do objeto como documento. Os estudos de Buckland auxiliam na compreensão da natureza simbólica constituída na relação homem-objeto, considerando-se o significado do objeto para cada pessoa, porém com foco no sistema.

Numa visão do museu como um sistema de recuperação da informação, observa-se que os objetos são selecionados, categorizados e disponibilizados com o intuito de que sejam encontrados. Portanto, vendo a informação como multidimensional (conhecimento, processo e coisa), Buckland ressalta que as informações são armazenadas ou recuperadas fisicamente, pois de outra forma não é possível categorizá-las, organizá-las ou recuperá-las. Ressalta também que “os museus são detentores de objetos culturais; são sistemas que armazenam, recuperam, descrevem, interpretam e exibem documentos do museu”. Os museus são vistos assim como sistemas de informação segundo sua natureza e finalidade (LATHAM, 2012, p. 57-58).

Nessa linha teórica consideramos que os objetos museológicos são documentos e podemos dizer que são físicos, visto que se manifestam em forma física, material, que contam a história ou representam “algum comportamento, ideia, pessoa, evento ou função” (LATHAM, 2012, p. 59). Assim, são percebidos como entidades de evidência e, como tal, preservados, catalogados e armazenados, tendo em vista a reconstituição ou comprovação de fenômenos físicos ou intelectuais.

O objeto de museu é situado, bem como situacional, sendo fruto do processo de escolha dos profissionais do museu, com o objetivo de serem

apresentados aos visitantes em determinadas situações. Portanto, o visitante aprecia o objeto de museu adicionando significado com base em suas próprias concepções para uma situação. De acordo com Buckland (LATHAM, 2012, p. 59), esse objeto não foi originalmente concebido com essa finalidade, de maneira que o seu significado original pode não ser o mesmo encontrado pelo visitante, porém ele possui informações passivas que não são intencionalmente destinadas a retransmitir uma mensagem.

Diante dessa constatação consideramos também a abordagem de Meyriat (2016), quanto a qualquer objeto poder ter a função de informar ampliando a concepção da escrita ou mesmo permitindo a escrita sobre ele, utilizando diferentes sistemas de signos. Nem todo objeto tem essa função, mas poderá vir a ter ao se reconhecer sua significação, o que ocorre com os objetos de museu em quase sua totalidade. A manifestação dessa nova função é proporcionada pelo museólogo ao constituir coleções desses objetos. Percebemos, então, que o objeto museológico é entendido como documento por estar selecionado e inserido no ambiente do museu, contudo, a nosso ver, seu tratamento no sistema documentário proporciona o registro das informações referentes aos seus aspectos físicos e seu contexto, estes formulados pelos museólogos.

Conforme abordado na obra intitulada *Conceitos-chave de Museologia* (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013), publicada originalmente pelo ICOFOM, os objetos já são denominados dessa forma desde quando são selecionados pelos os museólogos, “em função do seu potencial de testemunho, ou seja, pela qualidade das informações (indicadores) que eles podem trazer para a reflexão dos ecossistemas ou das culturas que se deseja preservar”. Por isso, os objetos de museu (musealia) “são objetos autênticos móveis que, como testemunhos irrefutáveis, revelam os desenvolvimentos da natureza ou da sociedade” (SCHREINER, 1985 *apud* DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 69).

Nesse posicionamento está formalmente apresentado o ponto de vista museológico, sendo o museu colocado como produtor dos objetos, já que adquire, pesquisa, preserva e comunica, convertendo assim as coisas que nos rodeiam em objetos, e as expondo concretamente ao público visitante.

Portanto, sendo o documento invocado para servir como prova, este transmite significado de modo a se constituir evidência de um evento, situação e estado

mediante sua estrutura física e materialidade. A mesma situação pode ocorrer com o objeto, apesar de não contar com a linguagem verbal, mas somente com a linguagem das formas e pelos materiais que o constituem e que **falam** sobre ele e sobre seu contexto.

Portanto, observamos que as abordagens investigadas contribuem significativamente para a noção de documento museológico e sua posterior evolução em meio digital, sobretudo a formulada por Peter van Mensch (1992), que propõe três níveis de dados, a saber: propriedades físicas ou estruturais; propriedades funcionais; e relações com o contexto. Essa concepção nos parece fazer convergirem as perspectivas estudadas, ao nos fazer ver o objeto como fonte de informação datal e como meio de transferência de dados em formação. Possibilita assim reconstruir a biografia do objeto, pois o próprio objeto fornece evidências “sobre si mesmo e sobre os eventos que o cercam”, como também refletir sobre suas identidades fundamentais (conceitual; factual e atual).

Todavia, o objeto como um documento é uma questão mais complexa, pois se faz necessário rastrear as suas identidades, considerando-se que estas são mutantes, o que exige o registro fiel de dados e informações que dizem respeito à sua estrutura e alterações em sua aparência. Esse processo permite manter as propriedades documentais ativas, no nível de informações que não se encontram fisicamente no objeto, mas em sistemas gerenciadores possibilitados pelas modernas tecnologias de informação e comunicação.

Diante do exposto, podemos inferir que a biblioteca objetiva captar o conteúdo informativo de modo a traduzi-lo em uma linguagem que seja intermediária entre o usuário e o documento, prevendo também possíveis ligações das informações identificadas com outros assuntos ou dentro de outros contextos. Para o arquivo, o documento possui uma base física e a função de registrar, reter, testemunhar, “chamar à lembrança”, as atividades desempenhadas por pessoas físicas e jurídicas, tendo, assim, materialidade e funcionalidade. No caso do museu, o objeto é visto como documento que, por sua vez, é fonte de informação e de evidências, porém sendo esse processo complexo ao se considerar suas identidades mutantes.

Assim, passamos a tratar do conceito de objeto digital e de documento digital, previamente considerando que o documento digital apresenta como fundamental diferença do documento em suporte papel ou em outro material, requerer mediação

da tecnologia para codificá-lo e decodificá-lo, tornando assim possível a sua criação, manutenção e acesso.

3 O OBJETO DIGITAL E O DOCUMENTO DIGITAL

Potencialmente, todo material poderá vir a fazer parte do universo documentário se puder ser lido e interpretado, porém para ser definido como digital, é necessário lhe adicionar uma característica fundamental, a numerabilidade, pois ao nascer digital ou ao ser digitalizado, esse material se constitui ou foi reduzido a números. É uma questão secundária onde esses números serão registrados e processados, considerando-se, inclusive, que o processo de digitalização diz respeito à natureza da relação entre texto e suporte do material. A digitalização de um documento em suporte papel resultará em uma representação imaterial e simbólica, portanto, numérica, que poderá fazer parte de um sistema numérico que possibilita sua interação com outros documentos numéricos e até mesmo estar relacionado a outros sistemas que fornecem informação apenas referencial.

Analisando suas características podemos inicialmente afirmar que o documento digital é um objeto de interatividade e, desta forma, proporciona ao leitor maior rapidez e fluidez na recuperação da informação, devido ao seu acesso direto e à realização da busca no texto permitindo a localização das informações pela linguagem natural. Dependendo do sistema pelo qual é disponibilizado, essa busca pode ocorrer por palavras, expressões, frases e até mesmo efetuar estratégias através de operações booleanas. Portanto, os recursos da tecnologia digital oferecem maiores facilidades, tais como: de acesso ao conteúdo; de reprodução, seja parcial ou integral; de transmissão; e de armazenamento.

A digitalização do mundo físico acrescenta propriedades materiais imprevistas aos produtos e processos anteriormente não digitais, possibilitando que qualquer tipo de dado possa ser armazenado e transmitido usando o mesmo meio digital. Com o surgimento dos padrões de interface, os dados digitais passaram a permitir a combinação de diferentes tipos de conteúdos digitais, tornando produtos agora digitalizados reprogramáveis e repropostos com menor custo. Entretanto, a tecnologia digital é imaterial, pois os dados digitais transformam todas as formas de dados em uma série de bits, independentemente do conteúdo real, não tendo assim

existência tátil por si mesmo. Essa característica da tecnologia digital torna também o uso extremamente flexível, extensível e recombinável (YOO, 2012).

Nesse contexto, passamos a tecer considerações sobre o objeto digital e o documento digital, na visão da Biblioteconomia, da Arquivologia e da Museologia, a partir dos conceitos de objeto e de documento consagrados nestas áreas do conhecimento.

3.1 NA PERSPECTIVA DA BIBLIOTECONOMIA

Digitalizar documentos tem como vantagem a universalidade da representação digital, pois a codificação se dá em formato único que pode ser convertido em uma sequência de *bits*, o que permite que os diferentes tipos de informação sejam tratados do mesmo modo e pelo mesmo tipo de equipamento (SALARELLI, 2008, p. 11), de maneira que o documento digital apresenta como características a flexibilidade, a reprodutibilidade e a conservação.

A flexibilidade torna possível facilmente combinar documentos digitais deslocando blocos inteiros de dados em um mesmo documento ou de documentos diferentes, além de poder se reunir textos em um único documento. Quanto à reprodutibilidade e a conservação, termos intimamente ligados, dizem respeito à capacidade de sobrevivência do documento, já que sua fácil reprodutibilidade se contrapõe à instabilidade dos suportes. Tais circunstâncias são opostas à vantagem de flexibilidade do documento digital, pois há alto risco de seu apagamento. Além disso, temos o grau de decaimento do suporte, já que diferentemente daqueles tradicionais que contam com pesquisas e *expertise* há muito tempo, os novos suportes digitais mal nasceram e não há certeza de garantia, mas sim apenas respostas parciais ou incompletas.

Diante dessas características do documento digital percebemos a modificação nos acervos bibliográficos face ao advento da digitalização de documentos, considerando-se aqueles que sofreram o processo de captura digital ou mesmo os que nascem nesse formato. As dificuldades de acesso e de obtenção de informação incentivam a ultrapassar barreiras da tipologia documental, em prol do atendimento às necessidades de usuários dos sistemas de recuperação da informação.

Portanto, esse documento, em meio digital, que se insere na tipologia documental da biblioteca, seja livro, folheto, periódico etc., pode apresentar outros aspectos que não sejam apenas de natureza bibliográfica, mas também de natureza arquivística e museológica como já ocorria com documentos tradicionais, em suporte papel, o que demandava elaboração de informações sobre relacionamentos. Isto é, eram criados pontos de acesso para deixar claro, aos usuários, as ligações que um documento bibliográfico pudesse apresentar com acervos de outras naturezas.

Cabe lembrar que ao Briet (1951) elaborar sua obra sobre o que seria a Documentação, se viu obrigada a discutir o que seria um documento, pois naquela época as definições não contemplavam as várias formas de informação gravada. Isso significa que a documentalista já se preocupava com os avanços tecnológicos, se bem que ela afirma que nem mesmo “a exigência de algum tipo de dispositivo de mediação para acessar o documento desqualifica que ele seja um documento” (TOURNEY, 2003, p. 298). Conforme abordamos a seguir, as concepções de Briet são também aplicáveis à Arquivologia.

3.2 NA PERSPECTIVA DA ARQUIVOLOGIA

Indo além das concepções de documento de Otlet e Briet, considerando-se assim as definições atuais, observamos que a Sociedade dos Arquivistas Americanos, em seu glossário, define documento como “informação registrada independentemente do meio ou das características”. De acordo com o Dicionário brasileiro de terminologia arquivística, do Arquivo Nacional (2005, p 75), o documento digital é aquele que é “codificado em dígitos binários, acessível por meio de sistema computacional”, porém se pode distingui-lo também por algumas de suas características. Nele os signos são cadeias de números binários; o suporte não é mais o papel, que se destaca entre outros suportes, mas sim as mídias magnéticas ou óticas; o suporte e o conteúdo não são dependentes; e exige mediação da tecnologia, para sua codificação e decodificação.

A mudança do conceito de documento se deu não sendo apenas uma questão do suporte, mas exigindo repensar tanto os processos de trabalho quanto os aspectos legais, culturais e de negócio (YAMAOKA, 2012).

O documento digital é criado por meio de dispositivos eletrônicos que tentem a produzir o documento de modo a não ser deles dependente, tanto do *hardware* quanto do *software*. Todavia, os documentos digitais acompanham a evolução da tecnologia e, assim, passam por transformações tornando-se interativos e virtuais, se bem que quando não há como alterar o seu conteúdo e estrutura são considerados estáticos.

No entanto, cabe compreendermos a evolução do conceito de documento digital a partir da noção de documento e no contexto do documento arquivístico. Buckland (1997) considera que as dimensões sociais e as perceptivas do documento passam a ser o foco do entendimento, ao invés da materialidade, em uma abordagem da semiótica sobre objeto-como-signo. A preocupação do teórico é que seria uma questão menor se distinguir um documento por sua forma física, sendo mais ainda problemática a discursão sobre o que seria então um documento digital, a não ser que retornemos às abordagens de Otlet e de Briet, quanto ao conceito de objeto e de documento.

Entretanto, no conceito de documento arquivístico estão implícitas as características de materialidade e de funcionalidade, contudo, de acordo com Rondinelli (2011, p. 257-258), sua produção ou seu recebimento precisa ocorrer a partir das atividades de pessoa física ou jurídica, além de possuir as seguintes características diplomáticas: “forma fixa, conteúdo estável, relação orgânica, contexto identificável, ação e cinco pessoas (autor, redator, destinatário, originador e produtor), ou ao menos as três primeiras”. A forma fixa e o conteúdo estável são características herdadas diretamente da Diplomática (enquanto informação registrada em um suporte), o que diz respeito à “materialidade do documento arquivístico, sendo ele digital ou não”.

Portanto, conforme abordado por Rondinelli (2011, p. 245), consideramos também que “o conceito de documento arquivístico em potencial é mais um conceito elaborado a partir da realidade digital”. Tal constatação deixa claro que “um sistema que possui informação ou dados fluidos e em constante mudança, realmente não contém documentos arquivísticos até que alguém decida criá-los e salvá-los com um formato fixo e um conteúdo estável” (DURANTI, [2006, p. 4]).

Assim, após as nossas considerações sobre objeto digital e documento digital, no âmbito da Biblioteconomia e da Arquivologia, passamos às abordagens na perspectiva da Museologia.

3.3 NA PERSPECTIVA DA MUSEOLOGIA

O museu tem um método próprio de comunicar, ao qual se somam outras técnicas de comunicação, investindo esforço e recursos, além daqueles próprios de suas características específicas, como *sites* na *Internet* que possibilitam exposições virtuais, catálogos digitalizados, fóruns de discussão e diversas incursões nas redes sociais (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013).

Entretanto, os acervos museológicos podem ser gerenciados em sistemas informáticos, nos quais os objetos são analisados e descritos compondo registros estruturados segundo o metadados estabelecido. Nesses sistemas ocorrem a gestão e a recuperação das informações elaboradas referentes ao controle administrativo e aos aspectos físicos, contextuais e temáticos.

Ao afirmarmos que os museus detêm objetos culturais e, assim, “armazenam, recuperam, descrevem, interpretam e exibem documentos do museu” (LATHAM, 2012 p. 57-58), vemos que os objetos museológicos são considerados documentos por sua função informativa. Melhor dizendo, estando inseridos no contexto do museu, recebem tratamento em bases de dados referenciais e repositórios digitais, que se constituem ações para o controle e comunicação. Além disso, atualmente e cada vez mais, esses sistemas gerenciadores estão integrados, caso contrário, geralmente os sistemas referenciais permitem também o acesso por meio de *links* a uma gama de recursos digitais. Isto é, mesmo em um sistema apenas referencial, é possível acessar, por exemplo, a imagem de uma mesa pertencente ao acervo de um museu através de *link* constante em um registro descritivo do sistema.

O documento museológico em meio digital parece ampliar em muito a sua contextualização, como também potencializa novas ligações à outras informações e a outros documentos de natureza museológica ou arquivística ou biblioteconômica. Segundo Maroević (1994, p. 117, tradução nossa), o contexto museológico é aquele que protege os objetos e que inclui o “estudo intensivo e comunicação de seus valores”. Inseridos no museu, os objetos passam a ter o propósito e o uso

informativos e comunicacionais, bem como “tornam-se objetos de museu e espécime de patrimônio cultural”. Neste contexto é criado um clima intelectual e material e nele os objetos se tornam dominantes, passando a serem estudados, avaliados e apresentados os valores de suas identidades. Portanto, esse processo de transição dos demais contextos para o contexto museológico é denominado musealização.

A partir dessas ponderações percebemos que no âmbito museológico, indo além dos acervos tradicionais, nos deparamos com a realidade digital já instalada em produtos e serviços dos museus. Além disso, documento virtual é entendido como “simplesmente um documento para o qual não existe estado persistente e para o qual algumas ou todas as instâncias são geradas em tempo de execução”.

Julgamos assim que tais definições nos apresentam uma distinção que pode ser aplicada a documentos museológicos digitais e a produtos interativos do museu. No primeiro caso, podemos mencionar as imagens geradas a partir dos objetos e ambientes do museu, geralmente associados aos registros descritivos em bases de dados referenciais e repositórios digitais. No segundo caso, dizemos que podem ser aqueles disponibilizados em totens e em portais, tais como as visitas e exposições virtuais.

Desse modo, os sistemas de informação gerenciadores e as novas tecnologias de informação e comunicação são fundamentais para manter as propriedades documentais ativas. Tais propriedades dos documentos convencionais se **espelham** nos documentos digitais de natureza originalmente bibliográfica, arquivística e museológica, mesmo que por seu meio digital requeiram mediação da tecnologia para codificá-lo e decodificá-lo, tornando possível a sua criação, manutenção e acesso.

Portanto, o documento em meio digital parece não ser mais dependente do suporte físico, mas faz-se necessário investigar características e estruturas da tipologia documental, face à representação dos documentos digitais. Para compreendermos a coexistência desses documentos em repositórios, é também fundamental compreendermos o papel dos metadados considerando não somente sua função descritiva herdada da tradicional catalogação dos acervos, mas também

sua função de prover as informações que apoiam as atividades de gestão da preservação de materiais digitais.

4 CONCLUSÃO

O processo de análise e de elaboração de informações visa atender às necessidades dos usuários, porém com diferentes objetivos nos ambientes bibliográfico, arquivístico e museológico. Portanto, se as descrições estabelecidas nos sistemas de bases de dados que referenciam documentos convencionais visam dar acesso aos diversos tipos de documentos promovendo também a divulgação dos conteúdos, a nosso ver a tecnologia digital potencializou as funções das descrições, pois proporcionou o acesso direto aos conteúdos e incrementou o relacionamento entre documentos e entre informações produzidas nos sistemas informatizados.

Desse modo, a pesquisa bibliográfica desenvolvida possibilitou estudar as abordagens teóricas sobre o conceito de documento e de documento digital, nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, discorrendo sobre a evolução dos conceitos de **documento**, em uma perspectiva filosófica e histórica, seguindo-se sua evolução no âmbito da Documentação e da Ciência da Informação.

Os autores foram selecionados sem a intenção de os classificar rigorosamente, visto que estes não se impõem limites conceituais, conforme nos apropriamos das abordagens de Le Goff. No âmbito da Documentação, foi imprescindível estudarmos as concepções de Otlet, La Fontaine, Briet e de alguns de seus seguidores e críticos, inclusive os mais recentes. Do mesmo modo, no âmbito da Ciência da Informação, nos detivemos em abordagens de estudiosos que trouxeram significativas contribuições.

Portanto, constatamos que as versões digitais dos documentos não dispensam a descrição física e a descrição temática próprias dos acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos, em observância à natureza de cada tipo documental. Assim, as principais abordagens estudadas levantaram aspectos semelhantes ou aproximados do documento, contudo, vimos que o conceito de documento não é consensual, mas possibilita um diálogo entre a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia.

Nesse sentido, considerando-se também que pesquisas voltadas ao uso de dados abertos interligados, referentes aos acervos de arquivos, bibliotecas e museus, trazem grandes possibilidades de ação conjunta em prol da melhoria dos resultados para o acesso aos documentos e à recuperação da informação, julgamos ser possível uma solução aplicável nos sistemas de recuperação da informação, no sentido de oferecer aos usuários uma ampla visão e a busca integrada aos acervos de abordagens heterogêneas.

FROM OBJECT TO DIGITAL DOCUMENT IN THE FRAMEWORK OF LIBRARIES, ARCHIVES AND MUSEUMS

ABSTRACT

It describes part of a research that consisted of a theoretical study based on the initiative of investigating the conventional and digital bibliographic document from the perspective also of archives and museums. Thus, specifically, it addresses the converging points between the concepts of document and digital document, in the scope of Librarianship, Archivology and Museology, by means of bibliographic survey and analysis of the identified bibliography, with the objective of establishing equivalences and elaborating counterpoints. The main approaches studied raise similar or approximate aspects of the document, which point to its materiality or immateriality and to its social and symbolic character of the information they carry. However, it considers that the concept of document is not consensual, but that it allows a dialogue between these areas of knowledge. It notes that the digital versions of the documents do not dispense with the physical description and thematic description proper to the bibliographic, archival and museum collections, in compliance with the nature of each document type. Therefore, when studying the nature of the bibliographic document, the archival document and the museological document, in its conventional and digital forms, it considers possible a conciliatory solution in integrated systems, which contributes to optimize and facilitate access to research users, in the recovery systems information systems, whether referential or digital systems.

Keywords: Bibliographic document. Archival document. Museum document. Digital document. Information retrieval systems.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 230 p.

BASTOS, Dilza Ramos. **Representação de documentos digitais**: uma proposta para recuperação integrada de acervos culturais. Orientadores: Luana Farias Sales Marques e Ricardo Medeiros Pimenta. 2019. 176 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola da Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2019.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. 9. impr. Rio de Janeiro: FGV, 2013. 318 p.

BRIET, Suzanne. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951. 48 p. Disponível em: <http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/briet.pdf/>. Acesso em: 18 ago. 2017.

BUCKLAND, Michael Keeble. **Information and information systems**. New York: Praeger, 1991. 248 p.

BUCKLAND, Michael Keeble. What is a document? **Journal of the American Society for Information Science**, Washington, v.48, n.9, p. 804-809, Sept. 1997.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **Glossário**: documentos arquivísticos digitais. [S./], 2016. 36 p. 7ª Versão. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2016-CTDE-Glossario_V7_public.pdf. Acesso em: 11 abr. 2019.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE; François (ed.) **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013. 100 p. Disponível em: http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

DURANTI, Luciana (ed.). **Creator guidelines**: making and maintaining digital materials: guidelines for individuals. Vancouver: InterPARES 2 Project, [2006]. 21 p.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2089>. Acesso em: 20 ago. 2018.

GOODY, Jack. **The Domestication of the savage mind**. London: Cambridge University Press, 1977. 192 p.

LATHAM, Kiersten F. Museum object as document: Using Buckland's information concepts to understand museum experiences. **Journal of Documentation**, v. 68, n. 1, p. 45-71, 2012. Acesso em: <https://doi-org.ez29.capes.proxy.ufrj.br/10.1108/00220411211200329>. Acesso em: 3 out. 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed., 2. impr. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2006. 541 p.

LÓPEZ YEPES, José. **La documentación como disciplina**: teoría e historia. Navarra: Eunsa, 1995. p. 146.

LUND, Niels Windfeld. Document Theory. **Annual Review of Information Science and Technology** (ARIST), v. 43, n. 1, p. 399-432, Jan. 2009.

MAROEVIĆ, Ivo. The Museum Object as a Document. SYMPOSIUM OBJECT-DOCUMENT. 1994. Beijing. Proceedings... Beijing: ICOM, 1994. p. 113-119.

MENSCH, Peter van. **Towards a methodology of museology**. 1992. [67 f.] Tese (Doutorado) - Universidad de Zagreb, Croacia, 1992. Disponível em: <http://emuseum.cz/admin/files/Peter-van-Mensch-disertace.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

MEYRIAT, Jean. Documento, documentação, documentologia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 3, p. 240-253, jul./set. 2016.

ORTEGA, Cristina Dotta. O conceito de documento em abordagem bibliográfica segundo as disciplinas constituintes do campo. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 7, p. 41-64, aug. 2016. ISSN 2178-2075. DOI: [doi:http://dx.doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v7iespp41-64](http://dx.doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v7iespp41-64). Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/118749/116233>. Acesso em: 7 june 2018.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, v. 11, n. 2, art. 3, abr. 2010. [14 p.] Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/12626>. Acesso em: 12 jan. 2019.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. **Bases teóricas y filosóficas de la Bibliotecología**. 2. ed. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2005. 192 p. (Sistemas bibliotecarios de información y sociedad).

RONDINELLI, Rosely Curi. **O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital**: uma revisitação necessária. 2011. 270 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2011. Disponível em: https://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/publicacoes/preservacao_digital/tese_rondinelli.pdf. Acesso em: 20 ago. 2018.

SALARELLI, Alberto. A informação digital: o documento digital. *In*: TAMMARO, Anna Maria; SALARELLI, Alberto. **A biblioteca digital**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. p. 3-34.

TANUS, Gabrielle Francinne de S. C.; RENAU, Leonardo Vasconcelos; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O conceito de documento em arquivologia, biblioteconomia e museologia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.8, n.2, p. 158-174, jul./dez. 2012.

TOURNEY, Michele M. Caging virtual antelopes: Suzanne Briet's definition of documents in the context of the digital age. **Archival Science**, v. 3, n. 3, Sept., p. 291-311, 2003. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-004-4038-2>. Acesso em: 11 abr. 2019.

YAMAOKA, Eloi Juniti. Ontologia para mapeamento da dependência tecnológica de objetos digitais no contexto da curadoria e preservação digital. **AtoZ**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 65-78, jan./dez. 2012. Disponível em: <http://www.atoz.ufpr.br>. Acesso em: 28 out. 2017.

YOO, Youngjin. Digital materiality and the emergence of an evolutionary science of the artificial. *In*: LEONARDI, Paul M.; NARDI Bonnie A.; KALLINIKOS, Jannis (ed.). **Materiality and organizing: social interaction in a technological world**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 134-156. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/266613857_Digital_Materiality_and_the_Emergence_of_an_Evolutionary_Science_of_the_Artificial. Acesso em: 4 dez. 2017.